RELAÇÃO Nº 8/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA
ACÓRDÃO Nº 348/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-006.318/2013-4 RECURSO DE REVISÃO (em Tomada de Contas Especial)

2. Recorrente: Francisco Anilton Pinheiro Maia (213.239.333-87), ex-prefeito

3. Unidade: Prefeitura Municipal de Ibicuitinga/CE

4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/CE

8. Advogados constituídos nos autos: José Moreira Lima Junior (OAB/CE 6986) e outros, representando Francisco Anilton Pinheiro Maia.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de recurso de revisão apresentado por Francisco Anilton Pinheiro Maia (peça 84) em face do Acórdão 5.682/2015 - 2ª Câmara.

Considerando que, além dos pressupostos de admissibilidade comuns às demais espécies recursais, o recurso de revisão requer o atendimento de pelo menos um dos seguintes requisitos específicos, elencados no art. 35 da Lei 8.443/1992: I - erro de cálculo nas contas; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida.

Considerando que o recorrente alega a ocorrência de erro de cálculo no Acórdão 5.682/2015 - 2ª Câmara, suscitando haver equívoco na composição do débito, relativo a atualização monetária e juros de mora incidentes;

Considerando que a alegação não preenche materialmente o requisito disposto no art. 35, inciso I, da Lei 8.443/1992, uma vez que a lei requer a impugnação de cálculo nas contas, não se enquadrando nessa hipótese eventuais erros relativos à atualização ou aos juros de mora incidentes sobre o débito;

Considerando que os índices de atualização e percentuais de juros incidentes não integram a decisão recorrida, mas somente os valores originais e respectivas datas-base do débito e da multa, com a menção de que deveriam ser acrescidos os encargos legais, de modo que eventual falha de atualização se trata de matéria externa ao acórdão recorrido

Considerando que a Serur e o Ministério Público opinaram pelo não conhecimento do recurso;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do recurso de revisão interposto por Francisco Anilton Pinheiro Maia, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente.

ACÓRDÃO Nº 349/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexistência material, o Acórdão 776/2017 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 19/04/2017, Ata nº 13/2017, para que:

Onde se lê no subitem 9.1

Valor R\$	Data
56.000,00	05/03/2007
56.000,00	03/05/2007
28.000,00	04/11/2008

Leia-se

Valor R\$	Data
56.000,00	27/03/2007
56.000,00	08/05/2007
28.000,00	30/01/2009

Mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.937/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adriano Ferreira de Melo (013.255.014-84); Audy Lopes Fernandes (396.698.904-20); Fabiana dos Santos Ferreira (066.880.154-98); Marcel Nunes de Farias (446.876.564-04) e Ranieri Pereira Dantas (029.786.124-79)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Prata/PB

1.3 Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: Josedeo Saraiva de Souza (OAB/PB 10.376)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 350/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 35 da Resolução-TCU 259/2014, ACORDAM em considerar atendidas as recomendações constantes dos itens 9.1.1; 9.1.2; 9.1.3; 9.1.4; 9.1.5 e 9.1.6 do Acórdão 2.522/2015 - Plenário, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário, conforme pareceres emitidos:

1. Processo TC-031.838/2015-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU)

1.2. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Adesa)

1.3 Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/AM

1.6. Representação legal: Igor Folea Dias da Silva (OAB/DF 52.120) e outros

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 351/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, considerando a solicitação de parcelamento da multa cominada, feita por Milton Rocha Marinho, ACORDAM, por unanimidade, em:

1. autorizar o pagamento da multa aplicada a Milton Rocha Marinho pelo item 9.2 do Acórdão 2.287/2017 - Plenário em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, na forma prevista na legislação em vigor;

2. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

3. determinar à SeinfraRodoviaAviação que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

1. Processo TC-020.766/2014-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: TC-033.374/2014-7 (Solicitação); TC-031.585/2015-9 (Solicitação); TC-021.663/2016-5 (Solicitação) e TC-011.841/2016-8 (Solicitação)

1.2. Responsáveis: Euler José dos Santos (CPF 327.345.306-00), Milton Rocha Marinho (CPF 204.717.181-49) e Valter Casimiro Silveira (CPF 564.286.341-04)

1.3. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

1.4 Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: SeinfraRodoviaAviação

1.7. Representação legal: não há

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 352/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mas indeferir, por ausência de interesse público, o pedido de medida cautelar, sem prejuízo de adotar a providência indicada abaixo, sugerida nos pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo após cientificar o representante e a unidade jurisdicionada, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-000.161/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Mauro Brandolt (CPF: 034.584.368-12)

1.2. Unidade: Delegacia da Receita Federal em Manaus (SRF/AM)

1.3 Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/AM

1.6. Representação legal: não há

1.7. dar ciência à Delegacia da Receita Federal em Manaus que a desclassificação antecipada da empresa RV Construtora Ltda. no âmbito da Concorrência 01/2017, em decorrência da existência de erros materiais em sua proposta de preços, sem que lhe tenha sido dada oportunidade de proceder à correção por meio da diligência prevista no § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993, está em desacordo com a jurisprudência do TCU (Acórdãos 187/2014, 1.811/2014 e 2.546/2015, todos do Plenário).

ACÓRDÃO Nº 353/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar formulado, arquivando-se o processo após cientificar a representante e a Caixa Econômica Federal, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-000.649/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: ATP Tecnologia e Produtos S.A. (CNPJ 38.059.846/0001-70)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3 Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Selog

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 354/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar formulado, arquivando-se o processo após cientificar a representante e o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-000.829/2018-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Sistechne-Intertechne Sistema S.A. (CNPJ 95.391.462/0001-93)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR)

1.3 Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/PR

1.6. Representação legal: Rafael Ferreira Filippin (OAB/PR 27.200) e outros

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 355/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 146, § 2º, 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar, e negar o pedido de ingresso da representante como parte interessada do processo, arquivando-se os autos após cientificá-la e o Tribunal Superior Eleitoral, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-000.875/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Multsoluções Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda. (CNPJ 04.319.841/0001-17)

1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral

1.3 Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro